

14415 - A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS AGROECOSSISTEMAS HORTÍCOLAS com produção na Agroecologia DA MICROREGIÃO DE PATO BRANCO-PR: um estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos.

The influence of public policy in agroecosystems vegetables with production in Agroecology of microregion of Pato Branco- PR: a study about the Food Acquisition Program

CORÁ, Marisa Biali¹; PASQUALOTTO, Nayara²; GODOY, Wilson Itamar³; VERONA, Luiz Augusto Ferreira⁴

1 UTFPR, marisa_exp@hotmail.com 2 UTFPR, nayarapasqualotto@hotmail.com; 3 UTFPR, godoyutfpr@gmail.com; 4 EPAGRI, luizverona@yahoo.com

Resumo: As políticas públicas de incentivo a produção orgânica como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA vem crescendo nas últimas décadas. Inseridos nesse cenário, os seis agricultores familiares agroecológicos da microrregião de Pato Branco comercializam seus produtos, atendendo a demanda de alimentos de seus respectivos municípios. Na tentativa de analisar a influência desse programa para a continuidade da produção orgânica, o presente estudo fundamenta-se na pesquisa bibliográfica na construção de teorias relacionadas à sustentabilidade e canais de comercialização. Posteriormente desenvolveu-se o estudo de caso mediante a aplicação de questionários. Os resultados obtidos demonstram valorização por parte dos produtores quanto a existência dessa política pública para a agricultura familiar. No entanto o não cumprimento de partes do texto da legislação desse programa, no que se refere à atribuição de 30% ao produto orgânico compromete a continuidade da entrega da produção.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Produção orgânica; Programa do governo.

Abstract: The public policy of the organic production incentive how the program purchase of food-PAA have grown in the last decades. Inserted in this scenary, the six tiller family based in production of agroecology on microregion of Pato Branco –PR to sell your products, supplying the food request in your own town. In an attempt to analyze the influence this program to keeping of organic production these publics, the present study is based in a bibliographic research in building of theories related to sustainability, through of to sell. The present study through of organized questionnaire. The results show by producers with the existence of this public policy the family farming. However absence of this program, as regards the allocation of 30% organic product, compromises the sustainability of production systems and consequently the continuity of delivery.

Keywords: Family farming; organic production; Government Program.

Introdução

O governo brasileiro direciona a distribuição de recursos com diferentes focos no decorrer dos anos. Até os anos 1980 as políticas públicas voltadas para o meio rural visavam essencialmente o crescimento da produtividade através da incorporação de novas tecnologias e o relativo aumento da produção. Essas eram criadas a fim de contribuir com os interesses da oligarquia rural e a elite urbano-industrial, deixando as margens do processo os pequenos proprietários de terras e os trabalhadores rurais (HESPANHOL, 2009).

Com a organização dos até então marginalizados pelo modelo adotado na produção brasileira e o surgimento de movimentos sociais reivindicando a sua participação e

adoção de políticas públicas que contemplassem a todos, o cenário agrícola do país começa a sofrer alterações a partir dos anos 1990. A preocupação com a segurança alimentar, a participação dos envolvidos no processo e a administração dos territórios começam a ganhar força nas políticas públicas.

Nesse sentido, o Governo Federal, em parceria com os governos estaduais e municipais, através do artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003, criaram o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) (BRASIL, s/d.a). Assim, a partir de 2003, os agricultores familiares têm a oportunidade de beneficiar os agricultores familiares, proporciona aos municípios ações sociais que asseguram uma alimentação saudável à população, visto que esses alimentos são distribuídos em creches, escolas, entidades e comunidades mais carentes dos municípios.

O presente estudo faz parte do Projeto de avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas hortícolas com base na produção na Agroecologia e na agricultura familiar nos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O referido foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC. E o lócus de investigação são seis agroecossistemas inseridos na microrregião de Pato Branco, localizada no Sudoeste do Paraná.

Para esses, o PAA representa apenas um dos canais de comercialização, pois estes também realizam suas vendas através de entregas a domicílio, feiras-livres, atacado e lojas especializadas. Com a entrega de alimentos para esse programa, esses agricultores vivem um dilema, questionando-se sobre a valorização de seus produtos e da qualidade dos produtos fornecidos pelos demais agricultores participantes do programa.

Tendo o entendimento que a sustentabilidade dos agroecossistemas acima referidos contribui para o desenvolvimento rural, o presente estudo visa demonstrar a experiência vivenciada na microrregião de Pato Branco-PR, porém acredita-se que a temática abordada possa despertar a atenção para falhas administrativas de políticas públicas que possam estar ocorrendo em outras regiões do país.

Tem-se a convicção que havendo valorização na comercialização nesse programa, em outras palavras, cumprimento administrativo da legislação do PAA haja melhoria na condição de vida desses agricultores com o aumento de renda. Pois quando a lucratividade e a rentabilidade proveniente da comercialização do PAA, proporciona a esses agricultores, retornos financeiros satisfatórios, há investimentos no agroecossistemas e garantia de alimentação saudável para as crianças em idade escolar. Nesse direcionamento, o presente trabalho tem como objetivo analisar a influência da execução administrativa do Programa de Aquisição de Alimentos para a continuidade da produção orgânica pelas famílias que mantêm sua produção baseadas na Agroecologia e na Agricultura Familiar na microrregião de Pato Branco-PR

Metodologia

O trabalho aqui apresentado corresponde a um estudo de caso, caracteriza-se como um estudo intensivo, buscando compreender a problemática como um todo, dentro do seu contexto real. De acordo com Fachin (2001, p.420), “quando o estudo é

intensivo podem até aparecer relações que de outra forma não seriam descobertas”. Utilizou-se também de entrevistas semi-estruturadas para o levantamento das informações, a fim de contemplar todos os aspectos necessários para seu entendimento e elevar o grau de flexibilidade na exploração das questões. Para Nunes (2005), essa forma de entrevista garante a comunicação direta entre o pesquisado e o pesquisador, e permite o entendimento de questões que não são passíveis de observação direta.

Fez parte da pesquisa seis agroecossistemas hortícolas com base na Agroecologia e na agricultura familiar na microrregião de Pato Branco-PR. Sendo que desses dois pertencem a Pato Branco, três a Coronel Vivida e um a Vitorino. Todas as famílias agricultoras inseridas no estudo já participaram ou participam do Programa de Aquisição de Alimentos. O presente trabalho desenvolveu-se entre março 2011 e abril 2012.

Resultados e discussões

O grande desafio enfrentados pelos seis famílias agricultoras entrevistadas, cujo a produção está baseada na agroecologia consiste na busca de valorização dos seus produtos perante os órgãos administrativos do programa de PAA. Na tabela 1, apresenta-se os agricultores e aspectos relacionados com a entrega de alimentos nos seus respectivos municípios:

Quadro 1- Tempo de participação no PAA

PRODUTOR	TEMPO QUE PARTICIPOU/ PARTICIPA DO PAA	PERÍODO
A	2 ANOS	2010/ 2011
B	2 ANOS	2010/2011
C	3 ANOS	2004/2006
D	1 ANO	2009
E	2 ANOS	2011/2012
F	4 ANOS	2009/2012

Fonte: Os autores

Tal afirmação quanto a falta de atenção do poder público para com o agricultor familiar pode ser destacada na entrevista do agricultor D:

Tem uma questão que quando uma coisa passa pelas mãos públicas. Teve anos aí que a gente tem direito a 30% determinado pelo próprio governo, mais caros nossos produtos. E teve dois anos que botaram tudo convencional e depois que botou no papel, convencional e depois que botou no papel e mandou não tem mais reverté. Daí os agricultores por aquele preço e pronto. Todos se revoltaram, uns até pararam de fazer isso, por causa disso, por causa dessas questões.

O agricultor D explica uma situação que não somente acontece no município de Pato Branco-PR, mas tem nos demais investigados, em Coronel Vivida e Vitorino, ambos pertencentes ao estado do Paraná. Os agentes administrativos responsáveis pela construção do projeto de PAA encaram como “mais conveniente” realizar apenas um projeto, incluindo os produtores orgânicos como agricultores familiares, não acrescentando o percentual de diferenciação em seus produtos.

Quando questionado sobre o motivo de não entregar, assim afirma: “Parei de entregar, pois a gente montou o Casarão da Agroecologia (loja especializada em comercialização de produtos orgânicos). Destacando assim, que o agricultor D, encontrou um canal de comercialização alternativo, proporcionado lucratividade para os produtos agroecológicos vendidos, pois sua clientela são na maior parte médicos e profissionais da saúde e pacientes que aprenderam a importância do consumo de alimentos livres de agrotóxicos, tendo em vista, de um lado, a falta de atenção do poder público e de outro, o objetivo do produtor em valorizar seus produtos certificados. Deixando aqui explícito que os alimentos saudáveis produzidos na propriedade do agricultor D ao invés de ser canalizada para alimentação das crianças na merenda escolar passa a ser vendida para a sociedade civil.

O caso dos agricultores A e B está relacionado com dois fatores. Primeiramente porque não houve valorização de produtos e sobretudo pelo alto custo de entregar os produtos de escola em escola e receber a preço de produto convencional. Dessa forma, como a empresa de atacado ofertou proposta para comprar seus produtos, indo até a unidade de produção buscar os produtos, esses agricultores analisaram esse canal de comercialização mais lucrativo em relação ao PAA, não havendo assim preocupação por parte desses em continuidade de participação nesse programa governamental. Enfatizando que estes pertencem ao município de Coronel Vivida, e a decisão tomada tem como consequência a não entrega de alimentos orgânicos para a merenda escolar.

Identificando que não havia valorização, o agricultor C, encontrou outro canal de comercialização, entregando para o supermercado do município de Pato Branco –BR. Dessa forma, remete o motivo principal à não valorização dos 30% sobre os produtos agroecológicos e encontra a opção de comercialização nos supermercados, pois ao passo que seus produtos são iguais aos produtos convencionais, recebendo o mesmo valor desses, a alternativa de comercialização encontrada proporciona melhores rendimentos.

Tem-se a análise que apenas duas unidades de produção, E e F utilizam o mercado institucional para comercializar sua produção, dessa forma, partiu-se a investigação em busca dos motivos e razões pelos quais os mesmos continuam participando desse programa. De antemão, é importante relatar que estes também não estão recebendo o devido valor pelos seus produtos. O agricultor E reconhece a importância do PAA, considerando como política pública que contribuiu para a sustentabilidade de sua propriedade, bem como afirma o quanto torna-se valioso o estabelecimento de relações com a prefeitura, pois quando necessita de serviços da entidade, eles reconhecem a parceria e atendem as suas solicitações. Em contrapartida, o agricultor F, que está entregando a quatro anos, reconhece a importância da entrega de alimentos agroecológicos para a merenda escolar, pois sua visão não está somente focada em lucratividade e rentabilidade, mas, sobretudo em ver o programa como oportunidade de alimentar crianças, que serão o futuro da nação brasileira. Aqui presenciamos uma visão ideológica, na qual, o agricultor está sendo desvalorizado, porém o que faz continuar é o pensamento nas futuras gerações. Nesse ponto, chama-se a atenção dos órgãos públicos que não estão fazendo seu papel, restando ao agricultor aceitar o que está imposto.

Conclusões

Concluindo o presente estudo, pode-se analisar que falhas na execução das políticas públicas podem comprometer o destino da produção orgânica. Pois, de acordo com os dados apresentados, todos os agricultores participantes do projeto referido no decorrer do estudo já entregaram seus produtos para esse programa, porém a trajetória mudou de acordo com a visão de cada um sobre a não-valorização dos produtos agroecológicos e atualmente apenas duas famílias desses continuam entregando seus produtos. Sendo que um dos agricultores que continua entregando está preocupado com os serviços fornecidos pela prefeitura a seu agroecossistema e o outro que realmente têm preocupação com a alimentação saudável para as escolas. Demonstrando nesse sentido, a falta de incentivo do poder público quanto ao cumprimento administrativo da lei para pagamento de 30% sobre os produtos agroecológicos, prejudicando dessa forma, ambos os lados. De um lado, a alimentação escolar com déficit na qualidade dos alimentos e de outro, da renda que poderia ser revertida a esses agricultores para que pudessem investir no aumento da produção agroecológica.

Com isso, fica claro que a falta de atenção dos órgãos administrativos públicos interfere, gerando insatisfação. Isto justifica dizer que não há incentivo no sentido de continuidade para a produção familiar com base agroecológica. Fato esse constatado através dessa pesquisa que esse fator foi decisivo para tomada de decisão sobre um canal alternativo de comercialização. Isso gerou insatisfação com o poder público.

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq e à FAPESC pelo apoio financeiro para o desenvolvimento desse estudo.

Referências bibliográficas:

BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br>> Acessado em 18 de junho 2011.

FACHIN, O. **Fundamentos da Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

HESPANHOL, R. A. M. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na MRG de Dracena (SP)**. Geo UERJ (2007), v. 3, p. 64-87, 2009.

NUNES, M. L. T. Entrevista como instrumento de pesquisa. In: MACEDO, M. M. K; CARRASCO, L. K (org). **(con) textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.